

O QUE ESTÁ PREVISTO E PROPOSTO QUANTO AO ESPAÇO DAS E PARA AS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

WHAT IS PLANNED AND PROPOSED REGARDING THE SPACE FOR EARLY CHILDHOOD EDUCATION TEACHERS: ANALYSIS OF OFFICIAL DOCUMENTS FROM THE MINISTRY OF EDUCATION

Mauricia Santos de Holanda Bezerra

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8210593179321812>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1610-4739>

E-mail: mauriciast@yahoo.com.br

Catarina Moro

Pós-doutora na Università degli Studi di Pavia

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3836448580609066>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3109-5885>

E-mail: moro.catarina@gmail.com

Resumo: Este texto é parte dos estudos de doutorado ainda em andamento, que pretende analisar os espaços das professoras de Educação Infantil em (Florianópolis). As discussões apresentadas referem-se ao levantamento dos Documentos Oficiais do Ministério da Educação. Neste artigo, utilizou-se como procedimento a pesquisa documental, com foco na análise do prescrito e previsto dos espaços para as professoras no interior dos prédios de instituições de Educação Infantil. Buscou-se mapear e identificar como são referendados e descritos os espaços das/para as professoras, bem como, se houve e quais foram as indicações de transformações ao longo dos anos. O artigo revela a ausência de descrições para os espaços das professoras e revela a urgência da inclusão da temática nas pautas de lutas da Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Documentos do Ministério da Educação. Espaços. Professoras.

Abstract: This text is part of ongoing doctoral studies that aim to analyze the spaces of Early Childhood Education teachers in (Florianópolis). The discussions presented refer to the survey of Official Documents of the Ministry of Education. This article used documentary research as a procedure, focusing on the analysis of the prescribed and planned spaces for teachers inside the buildings of Early Childhood Education institutions. The aim was to map and identify how the spaces of/for teachers are endorsed and described, as well as whether there have been and what indications of transformations over the years. The article reveals the lack of descriptions for the spaces of teachers and reveals the urgency of including the theme in the agendas of Early Childhood Education struggles.

Keywords: Early Childhood Education. Documents of the Ministry of Education. Spaces. Teachers.

Introdução

Nos últimos anos, pesquisadores e estudiosos da área da Educação Infantil não mediram esforços para colocar em pauta a temática do espaço físico para as crianças. As pesquisas com esse tema revelam quão importante é edificar as unidades de educação infantil planejando sua estrutura física para tal fim, ou seja, para as crianças de 0 a 5 anos viverem suas infâncias com respeito, dignidade, liberdade e acessibilidade.

Nesse sentido, é mister afirmar que essas pesquisas têm contribuído para a construção do conhecimento no que se refere à qualidade dos espaços das unidades educativas para as crianças. As pesquisas revelam as potências e os modos próprios das crianças de ressignificar e ocupar os espaços físicos, os diferentes *lugares* no interior ou nas áreas externas das unidades; apontam a importância da organização dos espaços para a promoção da autonomia e o desenvolvimento integral da criança; defendem a participação das crianças na organização dos espaços; marcam aspectos relacionados à definição de uma infraestrutura mínima para promoção de uma unidade educativa inclusiva, destinadas à atender as necessidades e características das crianças de 0 a 5 anos.

O foco da discussão aqui apresentada tem o intuito de ampliar a compreensão referente aos espaços das unidades educativas infantis de maneira mais abrangente, no sentido de que este não pertence apenas à criança, mas que também é um espaço da professora¹, acima de tudo, bem como de todos os sujeitos que frequentam o local: trata-se de um espaço compartilhado pela comunidade educacional.

Nosso esforço é ampliar o debate e a luta pela qualidade. Para isso é importante considerar e enfatizar que o espaço para/das professoras deve ser um elemento que compõe o conjunto da qualidade educacional. Desse modo, cabe aqui considerarmos que a qualidade da educação se reflete pelas máximas condições estruturais e materiais destinadas às professoras.

A atenção e promoção do bem-estar e da saúde das professoras nas unidades de educação infantil, perpassam pelas condições físicas e materiais encontradas nos espaços educativos. Garantir o bem-estar físico das professoras envolve ter móveis adequados para adultos, suficientes, com espaços exclusivos, organizados e limpos, para planejamento e estudo, e garantir acesso a materiais necessários para atender às demandas do trabalho docente. Portanto, é essencial planejar esses espaços de forma a proporcionar o bem-estar das professoras, o que impacta diretamente na qualidade da educação oferecida às crianças.

Metodologia

A análise dos documentos buscou identificar certas informações e fatos, utilizando-os como objeto de estudo. Jackson Ronie Sá-Silva, Cristóvão Domingos de Almeida e Joel Felipe Guindani, (2009, p.2), defendem o uso de documentos nas pesquisas pois enxergam que:

a riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Nosso propósito foi observar e desvelar o processo dos conceitos e conhecimentos sobre o tema estudado a partir da análise dos documentos nacionais e estrangeiros. Para isso definimos as publicações do MEC como *corpus* de análise, buscando primeiramente elencar apenas aquelas que tratavam especificamente da temática *espaço físico*, identificadas pelos seus títulos.

No entanto, após a primeira análise desses documentos e o compromisso com o rigor investigativo e a necessidade de descobrirmos vestígios sobre o assunto, ampliamos nossa análise

¹ Optamos por utilizar o termo professora no feminino, por considerar que na Educação Infantil as mulheres são a maioria, conforme pesquisa recente de Dalila Andrade Oliveira, “a presença feminina é quase absoluta, sendo 570.007 mulheres e 19.886 homens.” (Oliveira, 2021. p.9)

a todos os materiais publicados e disponíveis on-line, na busca de que estes também digam algo sobre o espaço físico relativo às professoras. Porém, para não estender demais o trabalho escrito escolhemos apresentar apenas aqueles que tratam da temática.

Para análise dos documentos, recorremos à metodologia da análise do conteúdo, compreendida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 1977, p. 42).

Sob esse aporte teórico, buscamos relacionar a frequência das citações (ou a sua ocultação) sobre o tema pesquisado nos documentos analisados. Nesse processo extraímos os fragmentos que abordam a temática: palavras, termos e frases significativas, de modo que pudéssemos perceber a relevância, a evolução e a produção do conhecimento referente aos espaços das professoras.

Documentos Oficiais do Ministério da Educação: Análise Acerca dos Espaços para as/das Professoras

Tendo presente o novo contexto da Educação Infantil e levando em conta a relação entre qualidade da educação e condições estruturais, foco desse trabalho, foram localizados diversos documentos² que orientam e normatizam acerca da Educação Infantil em âmbito nacional.

A seguir, no QUADRO 1, se encontram os documentos analisados. No entanto, sistematizamos apenas as publicações que abordam a temática *qualidade e espaços*, por terem uma relação direta com este estudo. Optamos por posicioná-los no decorrer do texto em ordem cronológica com a intenção de situá-los política e historicamente.

Com este conjunto de documentos nacionais, que constituem o *corpus* documental de análise, temos a intenção de compreender de que forma os espaços das professoras de Educação Infantil entraram para o debate e implementação de políticas públicas ao longo dos anos.

Quadro 1. Documentos relativos a Educação Infantil de âmbito nacional

Documento	Conteúdo	Participantes/ Consultores/as	Caráter	Ano
<i>Política Nacional de Educação Infantil</i>	Apresenta as diretrizes da Educação Infantil, as estratégias de expansão e melhoria da qualidade no atendimento como um de seus objetivos e ações prioritárias.	----	Orientador	1994
<i>Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil</i>	Expõe questões relevantes para a formulação de uma política de formação dos profissionais de Educação Infantil	Maria Aglaê de Medeiros Machado; Ângela Maria Rabelo Ferreira Barreto; Sonia Kramer; Maria Malta Campos; Selma Garrido Pimenta; Fúlvia Rosemberg; Zilma de Moraes Ramos de Oliveira.	Orientador	1994

² Documentos disponíveis em <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12579-educacao-infantil>. Acesso em: maio de 2023.

<i>Propostas Pedagógicas e Currículo em Educação Infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise</i>	Oferece um diagnóstico da Educação Infantil no Brasil daquela época, apresenta questões conceituais quanto às propostas pedagógicas e currículo em Educação Infantil e faz recomendações para elaboração dos seus próprios currículos pelas instâncias executoras de EI e avaliação desses documentos.	---	Orientador	1996
<i>Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil (vol. I e II)</i>	Sugestões de critérios de qualidade para elaboração de diretrizes e normas serem editadas pelos Conselhos Estaduais e Municipais.	Volume 2 - Carlos Roberto Jamil Cury; Marilena Rissuto Malvezzi; Ângela Maria Rabelo Ferreira Barreto; Maria Malta Campos; Regina de Assis; Marina Marcos Valadão; Zilma de Moraes Ramos de Oliveira; Ana Lúcia Goulart Faria.	Orientador	1998
<i>Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (vol. 1, 2 e 3)</i>	Aponta um conjunto de referências a partir do reconhecimento do direito à infância, apresentando questões relacionadas à formação pessoal e social e conteúdos e orientações didáticas a serem abordadas na educação infantil.	----	Orientador	1998
<i>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil</i>	Reúne princípios e fundamentos com o objetivo de orientar as propostas pedagógicas na Educação Infantil.	----	Mandatário	1999
<i>Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação</i>	Apresentação das Diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil, seus objetivos, metas e estratégias,	----	Orientador	2005
<i>Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil (vol. 1 e 2)</i>	Descrição quanto a qualidade dos espaços físicos e prédios das instituições de Educação Infantil.	----	Orientador	2006

<i>Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (vol. 1 e 2)</i>	Apresenta as competências dos sistemas de ensino, a caracterização das instituições de Educação Infantil, os parâmetros nacionais de qualidade para as instituições de Educação Infantil. Disserta sobre a distinção conceitual entre parâmetros e indicadores de qualidade.	----	Orientador	2006
<i>Memorial Descritivo: Projeto Proinfância – Módulo de Educação Infantil.</i>	O Memorial apresenta a descrição dos elementos constituintes do projeto arquitetônico das unidades educativas infantis do Proinfância.		Orientador	2007
<i>Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças – Nova Edição</i>	Indicações a respeito dos direitos das crianças e focaliza a qualidade do atendimento em creche e pré-escola.	Maria Malta Campos; Fúlvia Rosemberg	Orientador	2009
<i>Subsídios para a elaboração para as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para a Educação Infantil</i>	Apresenta questões curriculares, relativas às propostas pedagógicas e à formação de professores.	Sonia Kramer (Consultora) e equipe: Camila Barros; Daniela de Oliveira Guimarães; Hilda Micarelo Luiz Cavalieri Bazilio; Maria Fernanda Nunes	Orientador	2009
<i>Indicadores da Qualidade na Educação Infantil</i>	Instrumento de autoavaliação da qualidade das unidades educativas. Apresenta conceitos, dimensões e indicadores de qualidade; possibilidade de avaliação das políticas para a Educação Infantil, das propostas pedagógicas das instituições, da relação com as famílias, dos profissionais e da infraestrutura.	----	Orientador	2009

<i>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil</i>	Descreve os conceitos de Educação Infantil, criança, currículo e proposta pedagógica. Institui a matrícula e faixa etária, da jornada, dos princípios, da organização de espaço, tempo e materiais, da avaliação	----	Mandatário	2009
<i>Brinquedos e Brincadeiras de Creches</i>	Oferece orientações para seleção, organização e uso dos brinquedos e materiais lúdicos.	Tizuko Kishimoto; Adriana Freyberger	Orientador	2012
<i>Educação Infantil: Subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação</i>	Proposição de diretrizes e metodologias de avaliação na e da Educação Infantil.	Documento produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1.147/2011, do Ministério da Educação.	Orientador	2012
<i>Contribuições para a Política Nacional: a avaliação em Educação Infantil a partir da avaliação em contexto</i>	Apresenta proposições e indicadores de avaliação de contexto na Educação Infantil	Pesquisadoras (brasileiras e italianas) da UFPR, UDESC, UFMG, UFRJ, Università degli Studi di Pavia/Itália e Università degli Studi di Palermo/Itália). Todos os participantes estão listados no documento.	Orientador	2015
<i>Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil</i>	Atualização dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil e dos Parâmetros Básicos de Infraestrutura dos Estabelecimentos de Educação Infantil, portanto das orientações e das referências de qualidade para a Educação Infantil.	----	Orientador	2018

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir do site eletrônico do MEC.

O período da década de 1990, transparece um novo conceito da Educação Infantil no Brasil, movimento sucedido após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Constitui-se, assim, no cenário nacional a necessidade de mudanças na área, que culminou na elaboração de documentos que orientavam e informavam as novas formas de organização do atendimento às crianças de 0 a 6 anos nos contextos de creches e pré-escolas.

As discussões sobre a educação infantil, seu currículo, a formação de seus profissionais, sua legislação, etc., sugerem uma revisão; revisão esta que se estende também à sua denominação. Não mais “creche” e “pré-escola”, mas “Educação Infantil”. Partindo do pressuposto de que o nome precisa dizer o ser que representa, a denominação da instância responsável pela educação/cuidado da criança de 0 a 6 anos é tão importante quanto a discussão de seus objetivos (Brasil, 1994b, p. 80).

O Ministério da Educação começa então a elaborar documentos para subsidiar os sistemas de ensino: as três primeiras publicações foram coordenadas pela COEDI – Coordenação Geral de Educação Infantil (atual COGEDI). É um material conhecido e consultado até hoje e identificado como “documentos das carinhas”, devido as ilustrações de suas capas: *Política Nacional de Educação Infantil* (Brasil, 1994a), apresenta um panorama da situação da Educação Infantil da época, as diretrizes gerais que deveriam nortear a área (diretrizes pedagógicas e diretrizes para uma política de recursos humanos); *Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil* (Brasil, 1994b), vem em resposta aos anseios e debates da época em relação ao perfil das professoras que atuavam nas unidades de Educação Infantil; *Propostas Pedagógicas e Currículo em Educação Infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise* (Brasil, 1996b), demonstra o esforço do poder público em traduzir em normas, regras e prioridades as novas exigências postas para a Educação Infantil.

Na leitura e análise dessa terceira publicação, foi possível identificar um item que pauta e questiona as condições do trabalho da professora, “Quais as condições materiais e culturais previstas para os profissionais no que se refere a recursos permanentes, materiais de consumo, além de bibliotecas, salas de estudo, jornais, revistas, filmes para consulta e aprimoramento da prática?” (Brasil, 1996b, p. 77) Podemos concluir que este critério, apresentado em 1996, não ganhou evidência nas discussões e referência para sua implementação o que, sem dúvida, reflete nas condições atuais das professoras.

O Documento *Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil* (Brasil, 1998a), volume I, embora tenha saído de circulação devido a mudanças legais em relação ao credenciamento, optamos por mantê-lo no *corpus* da análise por apresentar questões sobre a temática da pesquisa. Na época, o documento foi elaborado para contribuir na formulação de diretrizes e normas para a Educação Infantil no Brasil, em um período próximo à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, regulamentando a creche e as pré-escolas a integrarem os Sistemas de Ensino e “[...] baixar normas complementares para o seu sistema de ensino” (Brasil, 1996b), impondo a necessidade dessas regulamentações no cenário nacional, estadual e municipal.

O documento apresenta como sugestão um roteiro de regulamentação e um anteprojeto como referência, contemplando orientações aos Conselhos de Educação “na normatização da educação infantil nos seus respectivos sistemas de ensino” e, neste, elenca os espaços internos necessários que uma instituição de Educação Infantil precisaria conter, dentre eles, menciona *salas para professores* (Brasil, 1998a, p. 37).

O volume II do mesmo documento é composto por diferentes textos oferecendo subsídios teóricos aos Conselhos de Educação para a regulamentação da Educação Infantil. Os autores preocuparam-se em refletir as diretrizes para autorização do funcionamento de creches e pré-escolas no “esforço coletivo que tem se vivido no país em busca de uma educação infantil de qualidade”, na busca de parâmetros mínimos de qualidade para o trabalho realizado nas unidades de educação para crianças pequenas (Brasil, 1998b, p. 87). Neste volume, é anunciada uma preocupação quanto ao espaço para crianças e professoras, indicando o planejamento de “espaço para o convívio de todos os envolvidos” e uma preocupação para com as educadoras.

Os adultos precisarão de intervalos e descanso, com locais apropriados tanto quanto para suas outras atividades. A variedade e intensidade de sons produzidos pelas crianças exige intervalos, para que a qualidade das trocas e do convívio/confronto não seja comprometido por impaciência frequente,

gritos, silêncios indevidos, e/ou obrigatoriedade por longas horas de sono para as crianças (Brasil, 1998b, p. 99).

Ao designar “loais apropriados” às professoras analisamos que as maiores justificativas são demarcadas pelo desgaste que a profissão ocasiona, precisando assim de “descanso”. O documento questiona: “possui local específico para as professoras?” Com tais atribuições, podemos concluir que a indicação desses “loais apropriados” é direcionada à sala das professoras, mencionada no volume I do documento, que lista este espaço como devendo constar nas construções das unidades de Educação Infantil. O documento também levanta algumas questões que podemos distinguir como se referindo a um outro espaço destinado às professoras, um espaço para desempenhar o que requer a profissão: “tem biblioteca ambientada adequadamente para os adultos? Tem um local para os adultos fazerem seus planejamentos, relatórios, reuniões, cursos, educação continuada, oficinas, entrevistas com pais, etc., com mobiliário adequado?” (Brasil, 1998b, p. 103).

Ainda uma outra indagação mencionada no documento é se a escola “possui local e mobiliário adequado para os adultos se alimentarem?”. Percebemos que há uma preocupação real com os adultos que ali trabalham, principalmente com as professoras, dando visibilidade para este profissional, embora não fique delimitado o uso que se fará da sala das professoras. Portanto, podemos concluir que essa sala será usada para um conjunto de recomendações: para descanso, refeições e, ainda, para as demais funções que a profissão docente exige.

Em 1998, o Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Fundamental (MEC/SEF) lançou o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (1998c). Embora sem um caráter obrigatório, pela primeira vez no país um conjunto de orientações nacionais foi estabelecido para a educação de crianças de 0 a 6 anos. Contudo, na implantação de suas recomendações, surgiram críticas devido ao seu distanciamento da produção do conhecimento coordenada pela Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI), do MEC: pautava-se em propostas escolarizantes, com distinção de idades, para as crianças de 4 a 6 anos e, também às crianças de 0 a 3 anos. Ana Beatriz Cerisara (1999) nos alertava:

O RCNEI apresenta uma proposta de trabalho que rompe com o esforço que tem sido realizado no sentido de construir uma Pedagogia para a Educação Infantil que respeite as especificidades do trabalho com crianças menores de 7 anos que freqüentam [sic] creches e pré-escolas (Cerisara, 1999, p. 20).

O documento está organizado em três volumes com a intenção de apontar metas de qualidade, auxiliando no trabalho educativo das unidades educativas.

Este documento é fruto de um amplo debate nacional, no qual participaram professores e diversos profissionais que atuam diretamente com as crianças, contribuindo com conhecimentos diversos provenientes tanto da vasta e longa experiência prática de alguns, como da reflexão acadêmica, científica ou administrativa de outros. Ele representa um avanço na educação infantil ao buscar soluções educativas para a superação, de um lado, da tradição assistencialista das creches e, de outro, da marca da antecipação da escolaridade das pré-escolas. O **Referencial** foi concebido de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira (Brasil, 1998c, p. 5, grifos no original).

O volume 1, *Introdução*, apresenta a conjuntura legal da Educação Infantil na época, expõe as concepções de criança, de educar, de cuidar, de brincar, de aprender em situações orientadas, de interação, de diversidade e individualidade, de aprendizagem significativa e conhecimentos prévios, de resolução de problemas, de proximidade com as práticas sociais reais, de educar crianças com

necessidades especiais, versa também sobre o professor de educação infantil, o acolhimento das famílias e das crianças, a passagem para a escola, entre outros. (Brasil, 1998c)

O documento, ao tratar de espaço físico, menciona que há a necessidade de:

hora e lugar especialmente destinados à formação devem possibilitar o encontro entre os professores para a troca de ideias sobre a prática, para supervisão, estudos [...] A estruturação do espaço, a forma como os materiais estão organizados, a qualidade e adequação dos mesmos são elementos essenciais de um projeto educativo (Brasil, 1998c, p. 67-68).

Porém, na análise geral do documento, podemos afirmar a ausência das possibilidades de como garantir essa “hora e lugar” para as professoras. Ao contrário dessa ínfima passagem no documento sobre “hora e lugar”, ao referir-se ao tema dos espaços físicos e materiais, as reflexões são relacionadas às crianças, apresentando referências quanto aos recursos materiais, versatilidade do espaço, acessibilidade dos materiais e segurança do espaço e materiais disponibilizados.

O *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (Brasil, 1998c), vem acompanhado de dois outros volumes. Neles são apresentados e definidos dois âmbitos de experiências: *Formação Pessoal e Social*, (Brasil, 1998d) e *Conhecimento de Mundo* (Brasil, 1998e). O volume 2, *Formação Pessoal e Social*, expõe orientações quanto ao desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança, da diferenciação do eu e do outro, da valorização social e cultural, da construção de vínculos, da expressão da sexualidade, da aprendizagem por meio da imitação, e do brincar.

Quanto ao espaço, o documento discorre sobre recomendações para as professoras em relação à organização do espaço e a disponibilidade de materiais, sendo “um procedimento recomendado para que as crianças disponham de várias alternativas de ação e de parceiros” (Brasil, 1998d, p. 31), e conclui que “esse espaço poderá transformar-se em um ‘elefante branco’ na sala, caso não seja utilizado, arrumado e mantido diariamente por crianças e professores. (Brasil, 1998d, p. 49). Da análise desse documento, no item “Banho”, localizamos uma menção que destaca a preocupação quanto estrutura física para as professoras:

Por outro lado, as condições ambientais e materiais precisam garantir a segurança das crianças e *prever o conforto dos adultos* que as ajudam, para evitar quedas, choques elétricos e queimaduras com água quente *ou dores no corpo ocasionadas pelo mau posicionamento do adulto na hora de exercer as atividades com as crianças* (Brasil, 1998d, p. 58, grifos nosso).

O volume 3, *Conhecimento de Mundo*, foi organizado de forma instrumental e didática direcionado às professoras, não tratando, portanto, das questões do espaço da/para a professora.

No ano de 2005, a publicação *Política Nacional de Educação Infantil*, apresenta uma contextualização da Educação Infantil no Brasil, delineando diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a área. Em consonância com as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (1999), com força de Lei, apresentava como meta “divulgar, permanentemente, padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) públicas e privadas” (Brasil, 2005, p. 21).

Logo no ano seguinte, o Ministério da Educação publicou o *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil* (2006a). Este documento foi elaborado em parceria com educadores, arquitetos e engenheiros, na perspectiva de subsidiar os sistemas de ensino em adaptações, reformas e construções de espaços de instituição de Educação Infantil (Brasil, 2006a). Além disso, enfatiza a importância da adoção de metodologias participativas para atender às necessidades e desejos dos usuários, à proposta pedagógica e à interação com as características ambientais. Dessa forma:

a concepção do projeto deve ser antecedida de processos participativos que envolvam a comunidade educacional – crianças, professores, familiares e, nas unidades públicas

de Educação Infantil, as administrações municipais – com vistas a compartilhar os saberes e experiências daqueles que vivenciam os espaços, além de incorporar a reflexão sobre o perfil pedagógico da instituição pretendida (Brasil, 2006a, p. 9).

O documento apresenta o detalhamento dos seguintes espaços: espaços para crianças de 0 a 1 ano, salas de referência para crianças de 1 a 6 anos, sala multiuso, área administrativa, banheiros, pátio coberto, áreas necessárias ao serviço de alimentação (área de produção – cozinha, áreas de recepção e estocagem – despensas e refeitório), lavanderia, área de serviços gerais, depósito de lixo e área externa. A área administrativa foi subdividida em recepção, secretaria, almoxarifado, sala das professoras, sala de direção e coordenação.

Diferentemente de como foram abordados os espaços das professoras no documento *Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil* (Brasil, 1998a), o documento *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil* (2006a) particulariza a sala de professores como espaço de “encontro, reflexão, formação, troca de experiência, planejamento individual e coletivo, momentos de privacidade para o professor” (Brasil, 2006a, p. 18). Apresenta-o também como um espaço para pequenos lanches, mas especialmente determinando um espaço privado para a execução das funções da professora e reforçando que deve contar, se possível, com equipamentos e mobiliários para auxiliar suas atividades.

Sala de professores – espaço de encontro, reflexão, formação, troca de experiência, planejamento individual e coletivo, momentos de privacidade para o professor. Deve contar, se possível, com equipamentos e mobiliários como: computador e impressora, mesa para reunião, cadeiras, armário individualizado e bancada para pequenos lanches (Brasil, 2006a, p.18-19).

Apesar de constar sugestões no que se refere aos espaços das instituições de Educação Infantil, essas não são mandatórias, e, portanto, compete a cada sistema de ensino adaptá-las à sua realidade local.

No mesmo ano, em 2006, também foi publicado o documento *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil* (2006b, volume 1 e 2). O volume 1 aborda aspectos relevantes para a definição de parâmetros de qualidade para a Educação Infantil no país: apresenta concepções de criança e da Pedagogia da Educação Infantil, o debate sobre a qualidade na Educação Infantil, os resultados de pesquisas recentes, os desdobramentos previstos na legislação nacional para a área, consensos e polêmicas no campo. O volume 2 apresenta parâmetros para estabelecer uma referência nacional a ser analisada pelos sistemas de ensino na definição de padrões de qualidade locais para as suas instituições de Educação Infantil.

Quando referenciados os parâmetros à infraestrutura das instituições de Educação Infantil, remetem ao documento *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil, volumes 1 e 2*, (Brasil, 2006a), onde tais parâmetros relativos à infraestrutura são mais especificados. Esse documento acrescenta um novo anúncio quanto aos espaços, materiais e equipamentos destinados às profissionais, indicando que precisam ser construídos e organizados para atender às “necessidades de saúde, segurança, descanso, interação, estudo, conforto, aconchego” (Brasil, 2006b, p. 41, grifos nossos). No entanto, não apresenta um detalhamento de como garantir essas recomendações, porém, os termos grifados do excerto, apresentam, embora sem muito destaque, a importância do cuidado com as professoras na constituição de um lugar acessível.

Consideramos pertinente trazer para análise o *Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil* (Proinfância), por promover uma política nacional de um padrão de estrutura de Educação Infantil. Lançado em 2006 pelo Governo Federal, teve como objetivo destinar recursos para a construção, reformas, ampliações e aquisição de equipamentos e mobiliários adequados para unidades da educação infantil públicas. Essas unidades seguem o modelo arquitetônico estabelecido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que estabelece padrões para os projetos a serem adotados pelas prefeituras

no desenvolvimento do Proinfância, introduzindo, mesmo que indiretamente, uma política nacional de qualidade mínima.

Da análise do *Memorial Descritivo do Projeto Proinfância* (Brasil, 2007) constatamos que as citações quanto à descrição dos espaços e mobiliários das professoras não ganham ênfase, definindo que o bloco administrativo deve conter sala de reunião de professores e dois sanitários para professores, um feminino e um masculino. O material traz detalhes quanto aos aspectos que envolvem o atendimento das crianças, por compreendê-las como principais usuárias, mas principalmente determina criteriosamente aspectos da construção civil.

Para atender às novas mudanças e exigências da área, o documento *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças* (2009b), recebeu uma segunda versão. Se encontra organizado em duas partes: a primeira, *Esta creche respeita criança: critérios para a unidade creche*, de autoria de Maria Malta Campos, lista doze direitos³ fundamentais das crianças e instruções para sua garantia nas unidades educativas. A segunda parte, *A política de creche respeita criança: critérios para políticas e programas de creche*, de Fúlvia Rosemberg, explicita critérios referentes à definição de diretrizes e normas políticas, programas e sistemas de financiamento.

Embora o documento aponte que não estão incluídos os detalhamentos e as especificações técnicas necessárias para a implantação dos programas elencados, ele deixa um alerta aos governos quanto aos espaços para as professoras, “Os prédios oferecem condições adequadas para as necessidades profissionais e pessoais dos adultos” (Brasil, 2009b, p. 35).

Acompanhado do debate e da produção do conhecimento que a área vinha construindo desde a década de 90 e em respostas às demandas referentes à política pública curricular, o MEC publica o *Subsídios para a elaboração para as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas da Educação Básica* (Brasil, 2009c), cujas intenções foram “subsidiar os sistemas de ensino, as instituições, os professores e os gestores na concepção e implementação de Propostas Pedagógicas de Educação Infantil” (Brasil, 2009c, p. 3-4) que conduzissem à garantia dos direitos das crianças. Na análise do documento identificamos em suas reflexões o anúncio de que a condição da qualidade na educação das crianças relaciona-se, também, à qualidade na formação das professoras e na concretização de “condições dignas de trabalho”. Essa afirmação reforça, embora ainda expressa de forma ampla, o que os documentos anteriores vêm indicando para os espaços das professoras.

Nessa direção, em busca da garantia dos direitos das crianças, o documento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*, publicado em 2009, é um instrumento de autoavaliação da qualidade das unidades educativas, que se utiliza do processo participativo e aberto a toda a comunidade. Tal documento foi amplamente divulgado no Brasil, recomendando sua aplicação pelas instituições de Educação Infantil, pois “demonstra que seu uso representa um significativo incentivo à melhoria da qualidade da educação infantil” (Brasil, 2009d, p. 9).

O instrumento de autoavaliação foi elaborado com base em aspectos fundamentais para a qualidade da instituição de Educação Infantil, descritos em sete dimensões: 1 – planejamento institucional; 2 – multiplicidade de experiências e linguagens; 3 – interações; 4 – promoção da saúde; 5 – espaços, materiais e mobiliários; 6 – formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais; 7 – cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social. Destacamos aqui a dimensão espaços, materiais e mobiliários, pois faz referência ao tema pesquisado e responde aos interesses e necessidades dos adultos.

Há espaço que permita o descanso e o trabalho individual ou coletivo da equipe que seja confortável, silencioso, com mobiliário adequado para adultos e separado dos espaços das crianças (para reuniões, estudos, momentos de

3 Nossas crianças têm direito à brincadeira; Nossas crianças têm direito à atenção individual; Nossas crianças têm direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante; Nossas crianças têm direito ao contato com a natureza; Nossas crianças têm direito à higiene e à saúde; Nossas crianças têm direito a uma alimentação sadia; Nossas crianças têm direito a desenvolver sua curiosidade, imaginação e capacidade de expressão; Nossas crianças têm direito ao movimento em espaços amplos; Nossas crianças têm direito à proteção, ao afeto e à amizade; Nossas crianças têm direito a expressar seus sentimentos; Nossas crianças têm direito a uma especial atenção durante seu período de adaptação à creche; Nossas crianças têm direito a desenvolver sua identidade cultural, racial e religiosa (Brasil, 2009b).

formação e planejamento)? Há banheiro de uso exclusivo dos profissionais, com chuveiro, pia e vaso sanitário? Há fraldário/ mesa/bancada na altura adequada ao adulto para troca de fraldas dos bebês e crianças pequenas, com segurança? (Brasil, 2009d, p. 52)

Podemos apontar que o documento *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* foi o primeiro a ter uma maior preocupação e detalhamento quanto aos espaços para as professoras. No entanto, tal documento apresenta a perspectiva de autoavaliação dos sujeitos que atuam dentro da unidade educativa para a transformação desse espaço, considerando que haja alguns elementos que internamente possam ser reorganizados e assim melhorar a qualidade de seu local de trabalho. Porém, inúmeros outros aspectos dependem e são de responsabilidade do governo e, desse modo, a unidade educativa fica à mercê de quem governa.

Ainda em 2009, as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (Brasil, 2009a), foram revisadas e ampliadas (Brasil, 1999). A Resolução sobre as novas diretrizes (Res. CNE/CEB nº 05/2009) sistematiza preceitos gerais para a organização das propostas pedagógicas na Educação Infantil. Aponta a autonomia das unidades educativas na elaboração de seu Projeto Político-Pedagógico (PPP).

As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências (Brasil, 2009a p. 4).

Seguindo os preceitos das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil* (Brasil, 2009a), a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir os direitos fundamentais das crianças, tendo como eixos norteadores as interações e a brincadeira (Brasil, 2009a). Dessa forma, o MEC organizou o documento *Brinquedos e Brincadeiras de Creches* (2012a), um manual de orientação destinado às professoras e aos gestores para seleção, organização e uso dos brinquedos e brincadeiras em suas propostas pedagógicas, especialmente para as crianças com idade entre 0 e 3 anos e 11 meses, com o objetivo de “esclarecer que o brinquedo e a brincadeira são constitutivos da infância” (Brasil, 2012a, p. 5).

O manual aponta que “para brincar em uma instituição infantil não basta disponibilizar brincadeiras e brinquedos, é preciso planejamento do espaço físico e de ações intencionais que favoreçam um *brincar de qualidade*” (Brasil, 2012a, p. 11, grifos nosso). O documento apresenta variadas possibilidades de planejamento e organização do espaço e dos materiais para a promoção da brincadeira.

Existe uma diversidade de materiais que também servem para brincar e que requerem uma organização com previsão de espaços, estantes, lugares mais baixos para uso independente da criança e *mais altos, para o uso do adulto* (Brasil, 2012a, p. 89, grifos nossos).

Na análise desse texto reconhecemos uma indicação quanto ao conforto para a professora durante a observação:

Enquanto as crianças brincam, é importante que a professora fique sentada confortavelmente, sem afetar a coluna, e próxima das crianças, para recolher os objetos e fazer seus registros. A instituição deve prever mobiliário adequado para a professora em todos os ambientes de trabalho (Brasil, 2012a, p. 94).

Também em 2012, em combate à utilização do instrumento de avaliação norte-americano ASQ-3⁴, e levando em conta a preocupação com as mudanças na Educação Infantil, a publicação

4 O Ages and Stages Questionnaire (ASQ-3), formulado por Jane Squires e Diane Bricker, é um instrumento de

Educação Infantil: Subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação (2012b) propõe diretrizes e metodologias de avaliação diferenciados.

Na época, as políticas de avaliação da Educação Básica não abrangiam a Educação Infantil. Para responder a essa ausência, o documento apresenta a implementação de procedimentos diversificados, prevendo “a participação de múltiplos sujeitos na condição de avaliadores, explorando-se a sua dimensão formativa” (Brasil, 2012b, p. 6).

O Documento apresenta a diferença entre os termos avaliação *na* Educação Infantil e a avaliação *da* Educação Infantil e delinea a noção de qualidade, questões imprescindíveis para o processo avaliativo, defendendo e remetendo às referências anteriormente publicadas nas legislações e nos documentos já produzidos pelo Ministério da Educação e por pesquisadores da área como indicadores da avaliação para essa etapa educativa.

Identificamos no item “Insumos para a Educação Infantil – Dimensão: Espaço Físico” a apresentação como critério/padrões de aceitação no subitem “Condições de saneamento”, se “há Instalações sanitárias completas, suficientes e próprias para uso das crianças e para uso dos adultos”, e no subitem “Espaços Internos” existentes, questiona se a sala de professores atende adequadamente ao número de usuários. (Brasil, 2012b, p. 38)

Em 2015, a publicação *Contribuições para a Política Nacional: a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto*, delinea contribuições a partir de um estudo da experiência italiana para se pensar uma política de avaliação em contexto para a educação de crianças nas instituições de Educação Infantil. O documento está organizado em três partes: a *primeira*, que apresenta a relação entre qualidade na Educação Infantil brasileira e avaliação de contexto, resgatando documentos e ações desenvolvidas; a *segunda*, apresenta reflexões acerca da perspectiva teórico-metodológica de avaliação de contexto e explicita os caminhos do projeto realizado com o instrumento; e por último, a *terceira* parte, descreve proposições para a elaboração ou revisão desses instrumentos de avaliação em Educação Infantil. É neste documento que é apresentada uma única referência a aspectos ergonômicos para os adultos e para as crianças, considerando também as especificidades dos bebês, em relação à saúde, ao bem-estar, à segurança e ao conforto.

A publicação *Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil* (2018) é uma versão atualizada e abarca a compilação dos *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil* (2006a, 2006b) e dos *Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil* (2006a, 2006b), acrescidas das inovações no arcabouço legal da área.

Como muitos dispositivos legais foram criados desde 2006, fez-se necessária a atualização das orientações e das referências de qualidade para a Educação Infantil, para que as Instituições que ofertam essa etapa da Educação Básica tenham parâmetros para implementação das Políticas Públicas de Educação Infantil, alinhados às legislações vigentes (Brasil, 2018, p. 8).

Este documento apresenta princípios e práticas subdivididos em oito áreas focais: 1) Gestão dos Sistemas e Redes de Ensino; 2) Formação, carreira e remuneração dos professores e demais profissionais da Educação Infantil; 3) Gestão das instituições de Educação Infantil; 4) Currículos, interações e práticas pedagógicas; 5) Interação com a família e a comunidade; 6) Intersetorialidade; 7) Espaços, materiais e mobiliários; 8) Infraestrutura.

No diálogo efetuado com o objeto de estudo da pesquisa, no que se refere aos espaços das professoras, identificamos que na Seção 7 deste documento, *Espaços, materiais e mobiliários*, são elencados parâmetros de qualidade no que diz respeito ao atendimento às crianças. Ao analisar cada um deles, identificamos um item mencionando a previsão de espaços diferenciados para as

triagem referente a problemas ou distúrbios no desenvolvimento das crianças pequenas, com o propósito de encaminhá-las ao atendimento especializado. Examina seis dimensões do desenvolvimento infantil: “comunicação, coordenação motora ampla, coordenação motora fina, solução de problemas, aspecto pessoal, social e emocional, informando em qual daquelas dimensões a criança está menos desenvolvida. [...] O ASQ-3 classifica as crianças em três categorias: (a) necessita de uma avaliação em profundidade; (b) monitoramento e estímulos adicionais são recomendados; e (c) está se desenvolvendo conforme o esperado” (Brasil, 2015, p. 17).

atividades dos profissionais de Educação Infantil, sem ao menos citar ou descrever quais seriam especificamente estes espaços.

O Princípio 7.2, “Insumos pedagógicos e materiais”, faz outra referência aos espaços e mobiliários das professoras: “*os quadros de avisos ou similares são previstos em local de fácil visualização na recepção, secretaria, salas de atividades, salas dos Professores, direção, entre outros ambientes administrativos*” (Brasil, 2018, p. 64).

Sobre a Área Focal 8, *Infraestrutura*, o documento traz apenas a indicação de que os banheiros dos adultos sejam acessíveis e próximos ao ambiente de trabalho. Diante disso, é possível afirmar que nas indicações dos *Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil* (2018) percebemos uma simplificação no detalhamento: a atenção aos espaços, materiais e mobiliários das professoras ainda não tem destaque nos debates e orientações nacionais, portanto, não contemplam a totalidade dos parâmetros de qualidade para o local de trabalho dessas profissionais.

Diante dos documentos oficiais nacionais que orientam a oferta da Educação Infantil, acima explicitados, constatamos a ausência de uma descrição detalhada para a definição de um padrão mínimo de estrutura e mobiliários destinados as professoras nas unidades de Educação Infantil. Além disso, tampouco fazem referência às considerações ergonômicas pertinentes ao trabalho docente.

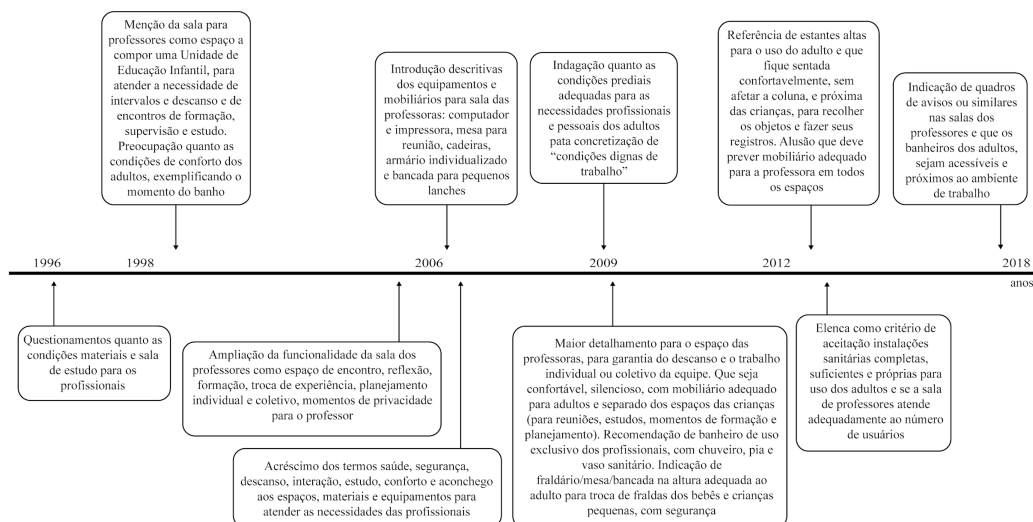
Assim podemos admitir que o tema não entra como ponto de debate e de preocupação, confirmando a ausência de uma política nacional que de fato se ocupe em oferecer condições estruturais mínimas para a professora da pequena infância. Situação essa que a história da Educação Infantil nos impõe: de como é desafiador assegurar o reconhecimento dessa etapa e buscar novas conquistas.

Desse modo, a partir do processo de análise destes documentos, reforça-se a nossa hipótese de que apesar de fomentar, de forma sintética, a demarcação da equidade⁵ quanto à definição do espaço dos adultos, das professoras dentro das unidades educativas infantis, pouco se avançou nas indicações e detalhamento.

As descrições dos espaços das professoras localizadas nos documentos analisados não são suficientes para garantir a qualidade que almejamos para o pleno desenvolvimento da docência e do bem-estar das professoras. A FIGURA 1 sumariza as indicações relativo aos espaços no transcurso do tempo.

5 Compreende-se equidade como a garantia de igual oportunidade de acesso aos recursos para o bem-estar, com respeito à igualdade de direitos.

Figura 1. Especificações dos espaços das professoras nos Documentos Nacionais



Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir da análise dos documentos nacionais.

Considerações Finais

As lutas e conquistas na área impulsionaram avanços em relação aos espaços físicos da Educação Infantil. Com isso, vários documentos em âmbito nacional foram elaborados e publicados para fornecer e regulamentar parâmetros de estrutura adequada para as unidades educativas dessa etapa importantíssima da Educação Básica.

Reconhecemos o avanço significativo nas condições estruturais das construções das unidades de educação para as crianças pequenas, a partir da criação de parâmetros de infraestrutura nacionais. Porém, constatamos também que os documentos que citam os espaços da Educação Infantil relacionados à figura da professora, em sua maioria, revelam que as reflexões são direcionadas para a importância do seu papel como proponente e organizador dos espaços, com objetivo de promover a brincadeira e o desenvolvimento das crianças.

Sabemos desta relevância para a área, mas a ausência do debate com foco no espaço docente nos conta sobre a condição histórica do esquecimento dos adultos nas unidades educativas infantis. Portanto, problematizamos o espaço físico das professoras como espaço *de urgência*, que precisa ser reivindicado, cuidado, observado e ressignificado, pois são essas profissionais que ali trabalham, durante todo o dia, de segunda a sexta-feira, durante anos de sua vida, até sua aposentadoria.

Pretendemos, assim, ampliar o debate e apontar a organização do espaço para a professora como um elemento essencial da condição de trabalho, de modo a permitir que as professoras trabalhem melhor e vivam com conforto nas unidades educativas infantis.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro (Trad.) Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1994a. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002610.pdf> Acesso em: novembro de 2023.

BRASIL. **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil.** MEC/SEF/COEDI – Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994b. Disponível em: <file:///C:/Users/mauri/OneDrive/Desktop/Docs.MEC/Por%20uma%20pol%C3%ADtica%20de%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20profissional%20de%20EI.pdf> Acesso em: novembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez., 1996a.

BRASIL. **Propostas pedagógicas e currículo:** um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise. Brasília: MEC/SEB, 1996b. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002460.pdf> Acesso em: novembro de 2023.

BRASIL. **Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, Vol. I, 1998a.

BRASIL. **Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, Vol. II, 1998b.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, Vol. I, 1998c.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, Vol. II, 1998d.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, Vol. III, 1998e.

BRASIL. **Resolução CEB Nº 1, de 7 de abril de 1999.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 13 abr., 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0199.pdf Acesso em: novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação infantil:** pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC/SEF, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/polinaci.pdf> Acesso em: novembro de 2023.

BRASIL. **Parâmetros Básicos de infraestrutura para Instituições de Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, Encarte 1, 2006a.

BRASIL. **Parâmetros Básicos de infraestrutura para Instituições de Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2006b.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, Vol. I, 2006a.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, Vol. II, 2006b.

BRASIL. **Memorial Descritivo:** Projeto Proinfância – Módulo de Educação Infantil. Brasília: MEC/FNDE/CGEST, 2007. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/pro_infancia/ampliacao_mei/proinfancia_mei_memorial-descritivo-do-projeto.pdf

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2009a.

BRASIL. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.** Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. – 6.ed. Brasília: MEC/SEB, 2009b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf> Acesso em: dezembro de 2023.

BRASIL. **Subsídios para a elaboração para as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para a Educação Infantil.** Sonia Kramer. Brasília: MEC, SEB, 2009c. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1015-subsidios-para-diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-basica&Itemid=30192. Acesso em: fevereiro de 2024.

BRASIL. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.** Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2009d. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf Acesso em: dezembro de 2023.

BRASIL. **Brinquedos e brincadeiras em creche:** manual de orientação pedagógica. Brasília: MEC, SEB, 2012a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12451-publicacao-brinquedo-e-brincadeiras-completa-pdf&category_slug=janeiro-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em: novembro de 2023.

BRASIL. **Educação infantil:** subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. Brasília: MEC/SEB, 2012b. Disponível em: <file:///C:/Users/mauri/OneDrive/Desktop/Docs.MEC/EI%20subsidios%20para%20constru%C3%A7ao%20sitematica%20de%20avaliacao.pdf> Acesso em: novembro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação básica. **Contribuições para a política educacional:** a avaliação em educação infantil a partir da avaliação de contexto. Brasília: MEC/SEB/COEDI, 2015. Disponível em: https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2016/04/seb_avaliacao_educacao_infantil_a_partir_avaliacao_contexto.pdf Acesso em: setembro de 2023.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2018.

CERISARA, Ana Beatriz. **Educar e cuidar:** por onde anda a educação infantil? v. 17, n. especial, p. 11-21. Florianópolis: Editora Perspectiva, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10539> Acesso em: junho de 2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Segmentações históricas e contemporâneas da profissão docente no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 26, p.1-24, 2021. DOI. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260095>

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, jul. 2009.

Recebido em 10 de abril de 2025
Aceito em 13 de maio de 2025